

MFA – A NECESSIDADE DE REENCONTRAR UM RUMO

Ao findar o mês de Maio de 1975, as vicissitudes resultantes das eleições para a Assembleia Constituinte, a que se somaram os efeitos do Caso República, vieram criar nas cúpulas do MFA a percepção de que se estava a dissipar o apoio incondicional que o povo português lhe dedicara, a partir de Abril de 1974. Como no seio do Conselho da Revolução (CR) era patente a divergência de opiniões quanto à forma de pôr termo à crise – com os conselheiros distribuídos pelos sectores moderados, gonçalvista e COPCON –, na reunião de 4 de Junho, por sugestão do capitão Vasco Lourenço, foi decidida a organização de uma reunião plenária do CR nas instalações da Marinha, no Alfeite, a qual se realizou no fim-de-semana de 14/15 de Junho, e que se transformou num verdadeiro seminário de reflexão, durante o qual foram ouvidos não só a generalidade dos membros do governo mas também os militares integrantes de outras estruturas do MFA, nomeadamente da 5.ª Divisão. Dessa reflexão, foi decidido fazer a elaboração de um documento, para cuja redacção foram indicados conselheiros das duas principais tendências (na época foi tornada pública as participações do próprio Vasco Lourenço e de Melo Antunes, Rosa Coutinho e Graça e Cunha). Reunidos no Forte de S. Julião da Barra, aí produziram um documento que ficou conhecido como *Plano de Acção Política* (PAP).

Este documento – que alguns contemporâneos designaram de 2.º Programa do MFA – vinha recordar, agora numa fase mais adiantada, a necessidade de alcançar uma plataforma política diferente do Programa do MFA, como já sucedera com a proposta apresentada pelo primeiro-ministro Palma Carlos, em Julho do ano anterior. Só que, agora, a aplicação dessa solução era incomparavelmente mais difícil – e, o que complicava enormemente a situação, era quase incompreensível para a maioria dos portugueses. Em democracia, ainda é possível um discurso de racionalidade; em revolução, a paixão domina todo o cenário e só funciona através da emoção. E, num tal contexto, surge outra irracionalidade de características poderosas – o MEDO.

O PAP, tornado público em 21 de Junho de 1975, começava por redefinir o MFA como “movimento de libertação do povo português” e sublinhava que a independência nacional “passa por um processo de descolonização interna, a qual só se conseguirá através da construção de uma sociedade socialista”. Depois, no seu ponto 1.2. afirmava-se categoricamente:

Por sociedade socialista, como objectivo final a atingir, entende-se uma sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção, eliminando todas as formas de exploração do homem pelo homem e na qual serão dadas a todos os indivíduos iguais oportunidades de educação, trabalho e promoção, sem distinção de nascimento, sexo, credo religioso ou ideologia.¹

No seguimento desta manifestação de fé no socialismo, o PAP acrescentava que a transição para a sociedade socialista se faria por fases e de forma pluralista, de acordo com o estabelecido no Pacto MFA-Partidos. Depois, acrescentava esta passagem, plena de sombras:

O pluralismo partidário, tal como consta da plataforma de acordo constitucional, implica o reconhecimento da existência de vários partidos políticos e correntes de opinião, mesmo que não defendam necessariamente opções socialistas. Admite, portanto, uma oposição,

¹ *Diário de Lisboa*, 21-06-1975, p. 1.

cuja crítica poderá ser benéfica e construtiva, desde que a sua acção não se oponha à construção da sociedade socialista, por via democrática.²

No Portugal profundo, de todos os púlpitos se erguem prédicas a propósito dessa epístola, onde se diz que será admitida uma oposição...desde que não se oponha...

Quando a palavra *Democracia* consagrada no Programa do MFA se vê substituída pela palavra *Socialismo*, o leque de apoio encurta-se drasticamente e cava-se um fosso entre duas opções fundamentais. O próprio conceito de *Aliança Povo-MFA* já não consegue ser interpretado uniformemente por todos os portugueses.

O major Melo Antunes – que atrás foi referido como tendo participado na ‘reflexão’ levada a cabo no Alfeite, declararia alguns anos mais tarde:

...não tive nada a ver com o Plano de Acção Política. [...] a verdade é que me mantive o mais longe possível disso, até porque a minha ideia em relação ao PAP era de que um certo número de oficiais estava a tentar, apesar de tudo, fazer aquilo que eu, nessa altura, já considerava impossível: conciliar o inconciliável. Por isso mesmo não participei na sua elaboração.

Seguidamente, perguntado sobre se nem sequer fora consultado para o efeito, Melo Antunes esclareceria:

Fui, com certeza. Pediram-me opinião e insistiram em que participasse nesse esforço...apresentado como uma tentativa de unidade.

Depois, confrontado com o facto de, na época, o PAP ter sido considerado como Segundo Programa do MFA, o que estabelecia uma ligação directa consigo, Melo Antunes frisaria:

Mas eu assumi uma posição de grande intransigência quanto à necessidade e, sobretudo, quanto à eficácia do documento. Não acreditava em nenhuma delas, porque já tinha chegado à conclusão de que não era possível fazer a quadratura do círculo.³

Chegara-se, por conseguinte, ao ponto em que, nos espíritos mais esclarecidos, se reconhecia sem sofismas que ou se cumpria a ideia inicial de instauração de uma democracia de tipo ocidental ou se avançava decididamente para a revolução socialista. Em ambos os campos havia quem tivesse percebido que era impossível conciliar as duas hipóteses, mas os menos decididos – que ainda eram em elevado número – achavam que valia a pena tentar uma saída em unidade.

David Martelo – Janeiro de 2020

² *Ibidem*, pp. 1 e 10.

³ CRUZEIRO, M.^a Manuela, *Melo Antunes – O Sonhador Pragmático*, pp. 228-229.